



Etapa na trajetória de praticantes de capoeira

AÇÕES AFIRMATIVAS NO COMBATE AO RACISMO

GÊNERO, RAÇA E DESIGUALDADE

Catia de Castro Pereira

Durante muitos anos, gênero e sexo foram colocados como sinônimos, porém gênero corresponde à forma cultural de uma sociedade na qual predominam dois tipos de indivíduos, homem ou mulher, porém designa como sexo a forma biológica do corpo de um ser vivo. No caso do ser humano, existem os sexos masculino, feminino e o intersexo, entretanto, em relação à identidade de gênero, é como quer ser reconhecido pela sociedade. Pode ser ou não pela forma biológica do seu corpo e assim rotulado de transgênero ou cisgênero. A orientação sexual é referente à atração efetiva do indivíduo, pode ser denominado como heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual e outros. No papel sexual, é relacionado ao comportamento do sujeito perante a sociedade, no caso, uma mulher não ser vaidosa ou um homem fazer traba-

lho doméstico, na sociedade a mulher será rotulada como "masculinizada" e o homem "afeminado".

As mulheres, homens (negros) e os que possuam relacionamento homoafetivo estão entre os grupos mais atingidos pela discriminação. Esse processo discriminatório mata, causa danos psicológico e/ou ocorre o estropo dos grupos julgados inferiorizados.

Baseada na doutrina histórica do Cristianismo, na qual a Eva (mulher) é feita da costela de um Adão (homem), assim colocando a mulher em uma posição inferior, julgada como um ser feito da parte de um homem e que para ser completa precisa do matrimônio com o sexo masculino, sendo rotulada como propriedade de um homem e muitas vezes usada como objeto sexual. Ao se referir às mulheres negras, o preconceito é maior, pois além da construção bíblica, que muitas vezes é machista, estas sofrem a discriminação racial, visto que a popula-

ção negra foi escravizada por anos e sofre consequências até os dias atuais. As mulheres, perante a sociedade, são vistas muitas vezes como objeto sexual, recebem o salário mais baixo e estão dentro do percentual de vítimas de homicídio. Com o grande aumento de morte do gênero feminino no Brasil, foram criados vários métodos de enfrentamento ao feminicídio e à saúde da mulher, voltados em priorizar a população feminina e conscientizar a sociedade. Perante a Constituição Brasileira de 1988, Art.5º, I: " Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...", porém, com o aumento do feminicídio, foi implementada a Lei 11340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que ganhou esse nome em homenagem à mulher a qual sofreu violência doméstica pelo marido, e assim coloca um agravante nos crimes de feminicídio.

No Brasil, existe um extermínio em grande escala da população negra denominado como genocídio, pode-se afirmar que o início do holocausto dos negros dá-se início

junto à escravidão e ocorre até os dias atuais, sendo os homens negro os mais vulneráveis deste grupo, pois, a cultura da escravidão sobre a qual o Brasil foi construído põe, perante a sociedade, os negros como seres inferiores em comparação à população branca ou de traços europeus. Porém existe a lei do Genocídio - Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, utilizada como uma das medidas de combate ao preconceito de étnico brasileiro.

Os homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais e outros possuintes de relação julgada diferente pela sociedade, mediante o tipo de relacionamento amoroso, convivem em torno do preconceito homofóbico manifestado em formas variáveis, podendo ser social, emocional, étnica e institucional. A homofobia institucional é cometida, pois, na doutrina bíblica, visto que ela condena o relacionamento homoafetivo. A homofobia étnica é oriunda do racismo, em função do qual a população negra é inferiorizada. Nós então temos essa duas homofobias mais crí-

ticas no Brasil, gerando até a morte. Atualmente, a Lei Maria da Penha abrange as mulheres transgêneras, uma das tentativas de diminuir a homofobia junto com outras leis homoafetivas.

Porém é importante ressaltar que toda forma de preconceito mata!

De acordo com o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Porém nos leva a pensar: todos têm a mesma necessidade? Nós dias atuais, quando se analisa igualdade, vira sinônimo de desigualdade, pois cada um tem uma necessidade específica, entretanto é necessária uma equidade para colocar todos em suas diferenças na tão esperada igualdade.

Em um país que tem em sua formação histó-

rica escravizados e estes possuem seus descendentes em uma constante desigualdade, possuindo os salários mais baixos, educação e saúde precárias. Afirma a Organização das Nações Unidas (ONU) que os afro-descendentes estão no grupo no qual são assinados no Brasil.

No entanto, em uma tentativa de reparação histórica, o Brasil possui algumas políticas públicas voltadas para população afro-brasileira, porém, o país está longe de conseguir a equidade de sua população.

A igualdade perante a lei diz que todos têm direitos iguais e ninguém está superior à lei, porém, em uma realidade tão desigual, a lei está sendo violada constantemente, ao ter os negros, mulheres e homoafetivos morrendo a todo momento, recebendo os salários mais baixos e lutando pela sua existência. O Brasil teve avanços em ações afirmativas voltadas para essa população com vulnerabilidade, mas ainda esse grupo está em discordância com as leis básicas do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirma-se que o processo de preconceito racial inicia junto com a apropriação do Brasil por Portugal, o qual, em uma tentativa frustrada de escravizar o povo originário, rotulado por eles como índios, trouxe, então, para o Brasil, os africanos e, decorrente de estarem em um lugar desconhecido, conseguiram escravizá-los. Porém foram anos escravocratas dos negros e pardos, colocando os povos originários como animais selvagens. Sendo assim, atualmente, o país convive com um extermínio da população negra, parda e indígena. A implementação da Lei 10.639/03 é um método de conscientizar a população da importância da colaboração africana no Brasil e mostrar o mérito de ser um afro-brasileiro.

Para acabar com o racismo, é só quebrando o capitalismo, pois é conveniente para burguesia ser considerada classe dominadora perante toda população oriunda de escravizados. O racismo não é por caso, passaram-se 130 anos da Lei Áurea e, sendo os negros a maior parte da população proletária, convivem com constantes atos escravocratas. É muito recente o término da escravidão e para conscientizar um negro que não é escravizado e um branco que não é um ser humano superior será necessário um trabalho para além das leis. Porém com ações afirmativas inicia-se um percurso para desestruturar a cultura dos negros serem criminalizados perante a população.

No entanto é estratégia cultural institucional as mulheres e homossexuais serem vítimas de preconceito de gênero, pois no cristianismo mulheres não possuem importância além de ser esposa submissa ao pai ou marido e, no caso dos homossexuais, é um pecado, pois a Bíblia alega que só existe ca-

sal hétero, propondo assim como erradas outras formas de casal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://www.google.com/amp/s/www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/06/27/entenda-a-diferenca-entre-sexo-biologico-genero-e-orientacao-sexual.amp.htm> . Acessado em 20/11/2019.

<https://www.google.com/amp/s/m.brasilescola.uol.com.br/amp/sexualidade/orientacao-sexual.htm>. Acessado em 20/11/2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2889.htm Acessado em 24/11/2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 24/11/2019.

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Racismo_no_Brasil Acessado em 24/11/2019.